

REUNIÃO DO DIA 2002.07.03

-----**SESSÃO ORDINÁRIA**-----
 -----**REUNIÃO DE DIA TRÊS DE JULHO DE DOIS MIL E DOIS**-----
 -----**ACTA NÚMERO CINCO / DOIS MIL E DOIS**-----
 -----**COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente** – Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins; **Primeiro Secretário** – José Júlio Martins Barreiras; **Segundo Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício;-----

-----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores Lúcia Maria Silva Poseiro (PSD); Abel José Marques Bruno Henriques (BP); Jorge Gabriel Duarte C. Monteiro Martins (PS); José Júlio Martins Barreiras (PSD); José Alexandre Fonseca (BP); Maria Los Angeles Vinuesa Peña Oliveira (CDU); Armando Salvador Maia Fonseca (PS); Carlos Fernando Faria Duarte (PSD); José António Oliveira Gordinho Leonardo (BP); Carlos João F. Pereira Fonseca (PSD); Vítor Manuel Ferreira Fonseca (PS); Cândido Manuel Patuleia Mendes (BP); Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício (PSD); António Maria Costa Timóteo (CDU); Vítor Fernando Soares Garcia (CDS/PP); Susana Paula Geraldês Manco (PS); Nuno Manuel Mota Silva (PSD); Marlene Sofia Fortunato Veloso (BP); João Paulo Hermenegildo (PSD); Aires Daniel Faria Silva (BP); José Manuel Vieira (PSD); José João Jesus Ferreira (PSD); Eugénia Maria Piteira Leal (PS); Maria Norberta Ponte Ferreira Santos (BP); Joaquim Marcos Henriques (BP).-----

----- Faltou a esta reunião o senhor Luis Filipe Godinho Montêz (CDS/PP).-----

-----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes o senhor presidente da Câmara Municipal António Carlos Albuquerque Álvaro, os senhores vereadores Luis Alberto Camilo Duarte, João Carlos Barreiras Duarte, António José Silva Faustino, Jorge Manuel Costa Pereira, Rui Fernando Figueiredo Viola e Manuel Quintino Filipe Silva, a Chefe de Divisão Administrativa e Recursos Humanos Marina Melo Marques Lemos, a Técnica Superior Cidália Maria Pancrácio Santos, o Chefe da Divisão Técnica eng. Luis Fernando Pereira Mil-Homens e o assistente administrativo especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira.-----

----- Pelas 21.35 horas o senhor presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão.-----

-----**OPÇÕES DO PLANO E PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOMBARRAL PARA 2002:** Iniciada a reunião utilizou da palavra a senhora D. Susana Manco (P.S.) solicitando esclarecimentos sobre se o valor da dívida correspondente ao Festival do Vinho diz respeito a 2001. Se as verbas para as Juntas de Freguesia mencionadas como despesa de capital para conservação e recuperação de caminhos rurais, não deveria estar como despesa corrente. Qual o montante total da dívida á ADSE e se a Câmara já propôs algum protocolo para resolução desta dívida. Onde está o subsídio para o ciclismo. Se os protocolos já estabelecidos não deviam vir discriminados por rubrica. E, nas receitas de capital (zona de comércio e serviços – pólo II), vem um valor de receita de € 625.000, como pode a mesma ser tecnicamente considerada.-----

----- A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Roliça, solicitou informações sobre a vedação das escolas de São Mamede e Delgada, porque quando visitou as escolas com o senhor vereador da educação foi dito que se faria muita coisa mas não se fez nada. Solicitou igualmente informações sobre o cemitério da Roliça e o desvio de linha de água em São Mamede.-----

----- O senhor Manuel Patuleia (B.P.) disse que o Bombarral Primeiro quer congratular-se por uma decisão camarária de anteontem. Tudo o que se investir na cultura e no turismo é excepcionalmente bom para a terra e para a Câmara Municipal. Em boa hora a autarquia atribuiu um subsídio no montante de € 20.000 para a Feira Nacional da Pêra Rocha. O buraco orçamental antes de o ser já o era. Ficaram estupefactos que se esteja a apreciar um

REUNIÃO DO DIA 2002.07.03

orçamento com € 10.000 para a Feira Nacional da Pêra Rocha e se diga que este orçamento é executável. Estão a ser torpedeados. Hoje vai-se aprovar um orçamento com uma verba de € 10.000 para a Feira Nacional da Pêra Rocha e a Câmara aprova um subsídio no dobro do valor, pelo que pergunta onde se vai buscar a receita? O Bombarral Primeiro não vai aceitar o ditado “o Rei manda marchar não manda chover”-----

-----O senhor presidente da Câmara disse que em cada uma das rubricas do orçamento a classificação aglutina aquilo que está em dívida. Toda a dívida à ADSE está aglutinada numa classificação só estando de fora uma verba que os serviços não englobaram na mesma. Vai encetar conversações para procurar obter essa estabilização. -----

-----A senhora Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos disse que a dívida do Festival do Vinho é uma verba que transitou do ano anterior. A dívida à ADSE está na rubrica 01.09.01 à excepção de € 9.509 que foram classificados na rubrica 01.02.01.02.02. O subsídio para o ciclismo está na rubrica 04.01.04.02. Os protocolos não foram discriminados porque só é possível desagregar até ao máximo de 5 rubricas pelo que não havia possibilidade de desagregar mais. A receita de capital do pólo II é viável porque o Decreto-lei 555/99 obrigava à actualização do regulamento existente, sendo a alienação possível até 1000 x o índice 100 da escala da função pública. -----

-----O senhor Presidente da Câmara, em resposta a uma questão colocada pela senhora Presidente da Junta de Freguesia de Roliça, informou que está previsto executar as vedações das escolas. No que toca ao saneamento da Delgada está a correr a um ritmo cuja urgência já foi pedida ao empreiteiro para aproveitamento das condições climatéricas. A ampliação do cemitério da Roliça é algo que é de necessidade extrema, tendo o projecto de ampliação sido concluído no 2.º semestre de 2001, julgando não ser difícil concretizar a expropriação da respectiva parcela de terreno. Quanto ao desvio de água em São Mamede, foi recebido do G.A.T. o respectivo projecto tendo o mesmo sido remetido ao Ministério do Ambiente. Quanto à Feira Nacional da Pêra Rocha disse que o orçamento teve como base o protocolo existente em 2001, pelo que ficou aquilo que era o compromisso do anterior protocolo.

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (P.S.D.) declarou que: “Excelentíssimos senhores: Gostaria de expor de forma clara o entendimento que a bancada do P.S.D. faz dos documentos agora em análise e discussão, o plano plurianual de investimentos e o orçamento. Estes instrumentos são vitais para a gestão autárquica, mas não só. Lembremo-nos do quanto estes são importantes para as colectividades e para as associações culturais do concelho. São também extraordinariamente importantes para a definição das linhas orientadoras do desenvolvimento do concelho E urgente dar sinais de vitalidade e de apoio aos empresários que procuram oportunidades de negócio, as pessoas que procuram emprego e estabilidade financeira, aos que procuram casa para residir, etc, fazendo com que o Bombarral seja o local escolhido para o efeito. A rejeição, mais uma vez, do plano plurianual de investimentos e do orçamento, seria muitíssimo mais penalizador para o concelho do que a sua aprovação, ainda que inquinados com todos os defeitos apontados pelos senhores deputados de oposição. No entanto, do ponto de vista dos deputados sociais democratas desta assembleia, os defeitos e os aspectos negativos apontados não têm de forma alguma a expressão que se lhes pretende atribuir. Entendemos que de facto, a orçamento poderia ser mais rigoroso, o plano mais modesto e com isso mais realistas. Mas ao privilegiar estes aspectos arriscamos perder oportunidades de investimento que desta forma continuam em aberto. 6 no equilíbrio geral entre todas as nuances, que não se esgotam no orçamento e no plano em si mesmos, que reside a grande virtude evidenciada no orçamento e no plano. As verdadeiras qualidades e defeitos destes documentos serão evidenciadas, dependendo daquilo que se conseguir fazer com eles.

REUNIÃO DO DIA 2002.07.03

É portanto fundamentais que o plano e o orçamento sejam o plano e o orçamento de quem os vai aplicar Também aqui nos parece que foi conseguido um bom compromisso entre aquilo que são os objectivos fundamentais para o desenvolvimento do concelho, do ponto de vista do P.S.O. e do presidente da Camara, em larga medida partilhados por outras forças partidárias e as criticas e sugestões da oposição, as quais em parte subscrevemos, dado que pelo tacto de naturalmente sermos um partido que apoio c presidente da Camara, isso não nos retirou o sentido critico, bem pelo contrario. Sobre este aspecto, diga-se, se por um lado, atender is criticas feitas a primeira versão reprovada nesta assembleia do orçamento e do plano, obrigou a algum esforço da parte dos seus mentores, conciliar as sugestões foi bastante mais fácil. Importa clarificar que para além do P.S.D., a única força política que apresentou as ideias que gostaria de ver reflectidas no orçamento e no plano, foi o partido socialista. Já o "Bombarral Primeiro", como ficou aqui provado na primeira parte desta sessão, pretendeu fazer querer que apresentou ideias e sugestões, mas na realidade não apresentou coisa alguma. A forma como o Sr, Vereador Luís Duarte utilizou a possibilidade legal de intervir para o exercício do direito de defesa da honra, tecendo considerações puramente políticas que nada tem haver com a sua honra, e pior da estratégia do bota-a-baixa, de desgaste e do faz-de-conta, que o movimento de independentes tem vindo a seguir. Pelas razões e considerandos expostos o grupo municipal do Partido Social Democrata entende estarem reunidas as condições para em consciência votar favoravelmente o presente orçamento e plano plurianual desinvestimentos. Obrigado. " -----

-----O senhor António Timóteo (C.D.U.) perguntou se para o quartel da G.N.R. a fonte de financiamento é a administração autárquica e se as obras reclamadas para este edifício são da competência da autarquia. Perguntou se o senhor Presidente da Câmara já sabe o que é o centro tecnológico. Se vai ser aberto algum concurso para um técnico na área dos Museus, em face da candidatura à Rede Portuguesa de Museus. -----

-----A D. M.^a Los Angeles (C.D.U.) declarou que: "Ao analisarmos este plano plurianual de investimentos, no que respeita a 2002 verificamos que na sua apresentação, em relação a 1.^a versão, mudaram as grandes opções do plano, que estão posteriormente especificadas em 9 grandes objectivos e destes 8 prevêm para 2002 elaboração de projectos, abertura de concurso e adjudicação de obras no máximo, ou seja, na prática, e porque teoricamente o plano se encontra melhor elaborado, detectam-se com mais facilidade as suas fragilidades e a falta efectiva de estratégia plurianual. Como a nossa Camara é muito sui generis acontecem coisas como por exemplo no Quadro do Ordenamento do Território encontrarmos o GTL do Bombarral a concurso quando em Abril passado estava no início do seu funcionamento, ou seja voltou para trás tal e qual como nos filmes de desenhos animados Quando chegamos ao quadro das funções económicas e aqui apraz-nos perguntar: - Que destino teve a recomendação da Assembleia Municipal quanto a necessidade de consulta pública no que respeita a utilização a dar aquela área? - Quando é que este pedido foi agendado para uma sessão de Câmara? Não pretendo, Senhor Presidente, respostas para estas perguntas porque infelizmente já as tenho, tal como constato que o PSD não tem qualquer pejo em provocar politicamente esta Assembleia, dizendo-lhe sobranceiramente que não dá qualquer importância aquilo que aqui é deliberado e que não respeita minimamente os votos que todos aqui representamos. Continuando esta análise, vamos vendo que desaparecem algumas rubricas como por exemplo a Digitalização do Arquivo Histórico (o que se entende, tendo em conta o que se está a fazer do presente, mais vale não facilitar formas de comparação com o passado, já que o saldo poderá ser penalizador); as Bolsas de Estudo (também é verdade que nunca foram atribuídas); enquanto outras rubricas se mantêm avulsas, como é o caso do Turismo, e aqui voltamos a perguntar pelo Plano de Desenvolvimento Turístico do Concelho, não podendo os Senhores

REUNIÃO DO DIA 2002.07.03

responsáveis por esta área argumentar com algum esquecimento, visto que em Abril passado relembrámo-los dessa necessidade. A primeira vista, teriam desaparecido do plano as áreas de Equipamentos, Desenvolvimento de Recursos Humanos e respectiva. modernização administrativa, mas foi por pura MAGIA, pois no quadro discriminativo estas rubricas lá aparecem. Só a desratização do concelho desapareceu, mas em boa verdade se diga que, tendo em conta a situação deste executivo, eu no lugar dos ratos também já me tinha ido embora. Passando para o Orçamento é-nos dado constatar que continuamos a fazer de conta que vamos vender património para escamotearmos que não temos forma, com a dívida existente, de realizar os investimentos que nos propomos fazer. Sossegamos as críticas de delapidação de património, escudando-nos na sua impossibilidade, devido a falta do Inventário Patrimonial que continua eternamente por elaborar e o documento é feito de forma tão precisa que fala em intempéries de Novembro de 2001 quando estas foram em Novembro de 2000 estendendo-se a Janeiro de 2001. Mais uma vez não é apresentada qualquer proposta de saneamento financeiro insistindo-se no aumento do endividamento, o que no mínimo contraria as directrizes orçamentais centrais e isto quando o Presidente deste executivo é do Partido do governo. Parte-se dos mesmos pressupostos de proveniência de receitas e despesas e diminui-se do 1.º para o 2.º orçamento 1086452 € nas despesas e 1,086.49 € nas receitas, e isto, argumenta-se que é porque segundo o POCAL há uma impossibilidade de empolamentos na feitura destes documentos. É motivo para se exclamar : MILAGRE ! E isto porque se tornou possível partindo da mesma base aumentar receitas e despesas e depois diminuí-las com um simples passo de mágica, Planifica-se por exemplo assim: Lotes do Pólo II: prevê-se gastar em 2002 75 mi euros mas prevê-se arrecadar com a venda destes mesmos lotes 625 mil Euros. Qualquer um, só pode considerar milagrosa esta forma de planificação e ornamentação. O pior é que os bombarralenses sofrem as consequências disto e por isso só podem considerar esta forma milagrosa como demoníaca, ficando no mínimo arrepiados. O documento, ainda que tente ser mais claro que o 1.º em relação as rubricas dos OUTROS, acaba por nos demonstrar o seguinte: - No que respeita a dívida administrativa apresenta 73% da mesma com a respectiva classificação económica, mas continuam a existir 27% dos valores sem qualquer classificação económica; - No que se refere as verbas inscritas como valores para 2002 a situação inverte-se, estando aqui previstos só 22% com classificação económica enquanto que 78% não a tem. (Isto só pode ser feito, logicamente, em nome da clareza e do rigor do documento. Dizemos nós!) Perante tudo o que ficou expresso, o nosso voto não pode ser outro que não seja o da rejeição destes documentos, visto que na prática, nada de essencial mudou em relação a l' versão a não ser ter-se tornado ainda mais clara a falta de consistência dos mesmos, o que está em estreita ligação com o desnorte que reina neste executivo, o qual ficou bem patente nesta Assembleia, quando vereadores responsáveis disseram não conhecer calendários de provas que patrocinam substancialmente (equipa de ciclismo da La Pecol/Bombarral) ou foram incapazes de explicar como é que aparecem determinadas verbas em documentos que eles próprios publicitam com grandes parangonas de eficiência na Comunicação Social e levam a sessão de Camara (Protocolo com as Juntas de Freguesia). Claro está que o Senhor Presidente da Camara não contou com o nosso contributo aquando da elaboração deste plano nem com o nosso parecer prévio, mas foi só porque NÃO QUIS. O Senhor esqueceu-se da existência do Estatuto do Direito de Oposição (Lei 24/98 de 26 de Maio) que no seu artigo 5 (Direito de consulta previa) pontos 3 e 4 e bem clara das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade directa e imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos

REUNIÃO DO DIA 2002.07.03

respectivos orçamentos e planos de actividade. Ao dever de consulta prévia aplica-se, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 2 do artigo 4.º (que diz que "as informações devem ser prestadas directamente e em prazo razoável aos órgãos ou estruturas representativas dos partidos políticos e demais titulares do direito de oposição"). Perante isto, a presente situação é no mínimo de lamentar pelas suas características antidemocráticas, tendo logicamente consequências negativas no que respeita ao presente e futuro do nosso concelho. -----

-----A D. Susana Manco (P.S.) disse não estarem satisfeitos com as explicações prestadas. Fizeram contas e não bate certo a inclusão do subsídio ao ciclismo na rubricas dos subsídios. É necessário clarificar porque precisam de saber. Quanto ao pólo II talvez se tenham feito perceber mal. O que perguntaram era quais foram os critérios. Como se pode atribuir € 625.000 a algo que é suposto ser vendido quando não está construído. Aplicando estes princípios (equilíbrio, não consignação, valorimetria) o valor do orçamento deveria ser zero. Este orçamento de equilíbrio zero é um orçamento falso, porque esta receita irá ser zero, mas está disponibilizada para se gastar. O princípio da prudência é ignorado. Existe falta de cuidado quando se apresentam estes documentos é que esqueceram-se de retirar rubricas que não estão orçamentadas. -----

-----O senhor Presidente da Câmara, relativamente à Rede Portuguesa de Museus, disse que o trabalho irá ser desenvolvido pelos actuais técnicos do quadro de pessoal da autarquia, não estando prevista qualquer contratação. -----

-----O senhor vereador António José Faustino disse que efectivamente é na verba dos subsídios às colectividades que está o protocolo do ciclismo e a verba votada em reunião de Câmara para as actividades permanentes e para as actividades pontuais. Há uma parte dessa verba que lhe parece que não vai ser entregue porque as colectividades propõe actividades que depois não são concretizadas e se tal suceder a verba não será entregue. -----

-----A senhora Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, relativamente á questão do pólo II, disse que o orçamento tem de ser elaborado de acordo com as regras do POCAL. O orçamento é no fundo uma previsão daquilo que se prevê como receita e despesa e que se pretende tão rigoroso quanto possível. O Decreto-lei 555/99 veio implementar novas regras e no que concerne aos regulamentos veio impor que as Câmaras Municipais os submetam a apreciação, havendo a necessidade de os reanalisar do ponto de vista da nova legislação. O que queria dizer é que a venda dos lotes da zona industrial pode ser feita desde que haja acordo da Câmara Municipal e do comprador, não necessitando que haja construção, podendo ser celebrado um contrato promessa de compra e venda. Só é obrigatória a venda em hasta pública por valor superior a 1000 vezes o índice 100 da função pública. Em termos técnicos é viável a alienação. -----

-----O senhor Abel Henriques (B.P.) registou com alguma mágoa o facto do PSD considerar este orçamento um mal menor, esperando que houvesse mais garra da parte do PSD na defesa do Presidente da Câmara que apoia. Registam a corte exagerada feita ao PS. Quanto ao B.P. atirou-se com a política do faz de conta e bota abaixo. Nada melhor que este orçamento que faz de conta que arrecada receitas que não vai arrecadar. -----

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Roliça solicitou informação sobre s e o arranjo do largo de São Mamede vai ser executado este ano e se o projecto era o que existia no anterior mandato. Solicitou informação sobre a estrada dos Baraçais e disse esperar que as obras no cemitério da Roliça possam começar este ano e terminar em Dezembro de 2003. -----

-----O senhor António Timóteo (C.D.U.) chamou a atenção de que não foram respondidas as questões que colocou sobre o quartel da GNR e sobre o centro tecnológico. ----

REUNIÃO DO DIA 2002.07.03

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia do Pó declarou que “Gostaria de começar recordando o sr presidente na sua mais recente entrevista a radio local, onde disse qualquer coisa como ”se o orçamento não passar para mim não é um drama. mas será para o concelho? questionou o jornalista . para o concelho sim mas para mim não. Reafirmou o sr presidente. corrija-me se estou enganada naquilo que ouvi. acho que não. Este plano e orçamento, na minha modesta opinião, poderia representar ou reflectir exactamente aquela que é a sua atitude com autarca: ou seja, tem falta de estratégia, falta de orientação, falta de profundidade, consegue pecar pela ausência de verdadeiras prioridades, e ainda consegue ser superficial, auto desresponsabilizado-se porque ele próprio não ter consistência. A propósito de falta de responsabilidade gostaria de ” acrescentar um pequeno pormenor,: aqueles que estiveram 8 anos no poder, com o sr. presidente, sendo igualmente responsáveis tanto no planeamento como na execução dos anteriores orçamentos, surgem agora indignados e até chocados com as circunstancias actuais quando eles mesmos são, no meu entender, tão responsáveis como aquele a quem agora apontam o dedo acusador. Apesar do sr presidente não encontrar aqui nenhum drama eu penso que este plano e orçamento tem em si próprio o dramático peso de uma mal conduzida gestão autárquica (da qual insisto o sr. e aqueles que consigo estiveram todo este tempo são responsáveis, e que impediu ao concelho de beneficiar ao imo todos impulsos de desenvolvimento oferecidos de bandeja pelos sucessivos governos e muito especialmente pela eu., contrariamente ao que aconteceu com a maioria dos seus colegas vizinhos. Este plano e orçamento tem ainda a gravidade de ser em parte fantasioso o que naturalmente lhe retira a credibilidade especialmente do ponto de vista da sua execução. no entanto eu acredito em milagres. e como diz o povo o ”amanha ninguém o viu”. Portanto e porque estou plenamente convicta das grandes carências da minha freguesia especialmente nas áreas da educação, desporto e regulamentação do transito. Porque estou convicta de que a minha orientação irá proteger e defender os 1interesses da população que represento votarei favoravelmente este plano e orçamento. mas apenas e unicamente pelas razões que finalmente apresento.” -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que o arranjo do Largo de São Mamede será feito com base no projecto que já existe. Em relação á estrada Azambujeira / Baraçais já foram abertas as propostas pelo que prevê que a respectiva adjudicação ocorra na próxima semana. Quanto ao quartel das GNR as obras são da responsabilidade desta entidade, o que está no orçamento são apenas pequenas reparações. Quanto ao centro tecnológico a abertura de rubrica no orçamento teve em atenção a previsão da sua localização na confluência de 3 concelhos. Pensa que todos poderão esperar a implementação do que está em plano. -----

-----A pedido do Partido Socialista, pelas 22.50 horas foi a sessão interrompida por 5 minutos. --- -----

-----Pelos 23.00 horas foram reatados os trabalhos. -----

-----Foi deliberado por maioria com 12 votos a favor (9 do P.S.D. e dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Pó, Roliça e Vale Covo), 4 abstenções (4 do P:S.) e 9 votos contra (6 do B.P., 2 da C.D.U. e 1 do C.D.S./P.P.) aprovar as propostas supra mencionadas.. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

-----**PROPOSTA:** Foi colocada à votação a admissibilidade da seguinte proposta apresentada pelo grupo do C.D.S./P.P.: “No seguimento da aprovação da proposta publicação das actas desta Assembleia propomos: que seja criada uma comissão composta por um membro de cada partido e movimento com assento nesta Assembleia, presidida pelo senhor

REUNIÃO DO DIA 2002.07.03

Presidente da Assembleia, que faça o resumo das deliberações e intervenções constantes das actas da Assembleia Municipal a publicar.” -----

-----Votaram a favor do reconhecimento de urgência na discussão da proposta supra transcrita 12 membros da Assembleia Municipal (8 do B.P., 2 da C.D.U., 1 do C.D.S./P.P. e um do P.S.) e 13 votaram contra (9 do P.S.D. e 4 do P.S.), pelo que não foi reconhecida a urgência de discussão desta proposta. -----

-----**PROPOSTA:** Foi deliberado por unanimidade reconhecer a urgência de discussão imediata da seguinte proposta: “O grupo do P.S. propõe, nos termos do artigo 2.9.7 do POCAL, a criação pela Assembleia Municipal de uma Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Execução do Orçamento e Plano Plurianual de Actividades, a qual deverá acompanhar, verificar e fiscalizar em cada ano o conjunto do orçamento, plano plurianual de actividades respectivo, devendo para o efeito elaborar relatórios trimestrais da sua actividade a serem transmitidos à Assembleia Municipal, considerar-se-ia como primeiro trimestre os meses Julho, Agosto e Setembro do corrente ano. A composição desta comissão deverá ser a seguinte. 3 elementos do P.S.D.; 3 elementos do Movimento Bombarral Primeiro; 2 elementos do P.S.; 1 elemento do P.P.; 1 elemento da C.D.U.. Afim da presente proposta poder ser deliberada, requer-se que seja reconhecida a urgência da sua deliberação imediata.” -----

-----A D. Susana Manco (P.S.) disse que no âmbito da legislação do POCAL é permitida a elaboração de uma comissão para evitar situações como as que se arrastam desde 30 de Abril. Propõe uma comissão equilibrada e que comece a funcionar desde a sua aprovação. -----

-----O senhor Abel Henriques (B.P.) considerou da maior importância esta comissão mas discordam da respectiva composição porque não querem agravar o orçamento com mais senhas de presença. Em nome da contenção orçamental o B.P. abdica da sua representatividade proporcional e propõe que a comissão tenha apenas um membro por grupo. -----

-----A D. M.^a Los Angeles (C.D.U.) registou que a posição que defenderam aquando da constituição de comissões é agora defendida por mais gente. -----

-----A D. Susana Manco (P.S.) disse que consultaram o regimento aprovado e este faz menção à proporção, daí terem proposto esta composição. Concordam com o regime de representatividade. -----

-----O senhor Abel Henriques (B.P.) disse pensar que nestas coisas o formalismo é um meio para atingir determinados fins. Pensa que se pode deliberar que esta comissão seja reduzida. -- -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (P.S.D.) lembrou que o regimento foca a questão da proporcionalidade entre grupos não pensando que haja qualquer justificação para se alterar. -----

-----Colocada a questão á votação foi deliberado por maioria com 17 votos a favor (9 do P.S.D., 5 do P.S., 1 do C.D.S./P.P. e 2 da C.D.U.) e 8 abstenções (8 do B.P.) aprovar a proposta supra transcrita. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

-----**DECLARAÇÃO:** O senhor Abel Henriques (B.P.) disse que o B.P. lamenta alguma falta de sentido cívico e que as pessoas se tenham atido a uma regra de representatividade. A comissão é consultiva e qualquer recomendação será votada na Assembleia Municipal. -----

-----**PRÓXIMA SESSÃO:** O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, propôs que a próxima sessão ordinária se realize na freguesia de Bombarral. Depois de ter falado com o senhor presidente de Junta de Freguesia este propôs como local a sede da Associação Cultural e Recreativa do Cintrão. -----

-----Foi deliberado por unanimidade aprovar esta proposta. -----

REUNIÃO DO DIA 2002.07.03

-----**ATENDIMENTO DO PÚBLICO:** O senhor Armando Salvador convidou os presentes para um evento organizado pela Sociedade Recreativa Sobralense denominado Sopas, Petiscos e Música, que será inaugurado no dia 05 de Julho.-----

-----Nada mais havendo a tratar, pelas 23.20 horas foi a reunião encerrada e lavrada a presente acta que vai ser devidamente assinada pelo presidente da Mesa e pelos dois secretários, depois de lida e achada conforme.-----

O Presidente da Mesa:

O Primeiro Secretário:

O 2.º Secretário: